

“Bandida” Também Ensina: uma Análise da Música “Não Foi Cabral” e Suas Interações Com o Movimento Estudantil e Educação Brasileira

“Bandida” Also Teaches: an Analysis of The Song “Não Foi Cabral” and its Interactions With the Brazilian Student Movement and Education

Carlos Ramos de Lima

Julia Cristhine Klemann

Kaue Guilherme Barbosa Campos

Resumo: O artigo examina a necessidade urgente de revisão e decolonização da historiografia brasileira, ressaltando como a narrativa oficial eurocêntrica tem consistentemente silenciado e minimizado as contribuições e resistências dos povos indígenas e afrodescendentes. Utilizando a música "Não foi Cabral" da artista MC Carol como um estudo de caso exemplar, o texto investiga a resistência cultural e a importância de uma perspectiva decolonial para recontar a história do Brasil. A pesquisa adota uma metodologia multidisciplinar, incluindo revisão bibliográfica, análise qualitativa de conteúdos e comentários em redes sociais, destacando a canção como uma poderosa ferramenta de conscientização, reflexão e mobilização no contexto do movimento estudantil brasileiro. O artigo também contextualiza a tradição das músicas de resistência no Brasil, especialmente durante a ditadura militar, e como essa tradição continua a influenciar a luta por justiça social e a educação crítica. Conclui-se que a inclusão de vozes marginalizadas na narrativa histórica e no currículo escolar é fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todas as contribuições culturais e históricas sejam reconhecidas e valorizadas.

Palavras-chave: Revisão História; Descolonização; Resistência Cultural; Música de Resistência; Movimento Social.

Abstract: The article examines the urgent need for revision and decolonization of Brazilian historiography, highlighting how the official Eurocentric narrative has consistently silenced and minimized the contributions and resistance of indigenous and Afro-descendant peoples. Using the song "Não foi Cabral" by artist MC Carol as an exemplary case study, the text investigates cultural resistance and the importance of a decolonial perspective to retell the history of Brazil. The research adopts a multidisciplinary methodology, including bibliographical review, qualitative content analysis and comments on social networks, highlighting the song as a powerful tool for awareness, reflection and mobilization in the context of the Brazilian student

movement. The article also contextualizes the tradition of resistance music in Brazil, especially during the military dictatorship, and how this tradition continues to influence the fight for social justice and critical education. It is concluded that the inclusion of marginalized voices in the historical narrative and school curriculum is fundamental for the formation of critical and conscious citizens, capable of building a more just and equitable society, where all cultural and historical contributions are recognized and valued.

Key words: History Review; Decolonization; Cultural Resistance; Resistance Music; Social Movement.

Introdução

Quando exploramos a construção da história de um país, seja por meio de sua escrita ou de sua leitura, é fundamental reconhecer que as narrativas predominantes frequentemente refletem as relações de poder e os interesses dominantes de cada época. No contexto brasileiro, a narrativa oficial tem sido marcada por um forte viés eurocêntrico, exaltando a figura dos colonizadores europeus e minimizando, ou mesmo silenciando, as contribuições e resistências dos povos indígenas e afrodescendentes (SOARES, 2023). Essa concentração historiográfica não apenas molda os livros didáticos e o imaginário social, mas também desempenha um papel crucial na formação da identidade nacional e na percepção coletiva sobre o passado. Essa forma de historiografia é frequentemente determinada pela classe dominante e por seus interesses econômicos, que têm o poder de definir quais histórias são contadas e como são interpretadas.

Nos últimos anos, tem se intensificado um movimento global — que também ganha força no Brasil — buscando revisar e recontar a história a partir de uma perspectiva decolonial. Segundo Baptista (2023), a decolonização das narrativas históricas é uma abordagem essencial para compreender como as heranças coloniais permanecem enraizadas e afetam a realidade cotidiana. Esse movimento visa promover uma nova concepção social e cultural, desafiando a visão dominante que, muitas vezes, perpetua desigualdades e injustiças. A decolonização não se limita ao ambiente acadêmico; ela se estende à cultura popular e aos movimentos sociais, alcançando especialmente as classes marginalizadas. É um movimento de base que busca empoderar aqueles mais afetados pelas perspectivas coloniais e promover uma reavaliação crítica das histórias e das narrativas estabelecidas.

Dentro desse contexto de revisão e resistência, a música "Não foi Cabral", da artista Carol de Niterói, emerge como uma crítica poderosa à versão hegemônica da história brasileira. A canção desafia o mito de que Pedro Álvares Cabral "descobriu" o Brasil em 1500,

oferecendo uma nova perspectiva que questiona e desmantela a narrativa oficial. Por meio de uma abordagem crítica e provocativa, a música não apenas questiona a narrativa dominante, mas também se insere em um movimento mais amplo de revisão histórica e resistência cultural. "Não foi Cabral" torna-se um símbolo de um esforço coletivo para reavaliar a história e dar voz às perspectivas historicamente marginalizadas.

Este artigo propõe uma análise detalhada da música "Não foi Cabral", fundamentada em teorias contemporâneas de descolonialidade, memória social e identidade. A análise busca explorar como a canção contribui para a reavaliação da história e fortalece o movimento estudantil de base. Além disso, pretende-se destacar a importância da música como uma ferramenta de resistência cultural e seu papel fundamental na promoção de uma historiografia mais inclusiva e representativa. Ao investigar a interseção entre música, resistência e revisão histórica, este estudo visa ampliar a compreensão do impacto da decolonização das narrativas e de suas implicações para a construção de uma história mais justa e equilibrada.

Metodologia

A pesquisa proposta adota uma abordagem metodológica multidisciplinar para explorar a canção "Não foi Cabral", de MC Carol, como uma ferramenta de resistência e reivindicação histórica. A metodologia é estruturada em várias etapas interligadas para garantir uma análise abrangente e profunda da canção e de seu impacto.

1.Revisão Bibliográfica: A primeira etapa consiste em uma revisão bibliográfica extensa para estabelecer a base teórica do artigo. Essa revisão incluirá a análise de teorias contemporâneas de descolonialidade, memória social e identidade, que fornecerão o embasamento necessário para compreender as dinâmicas históricas e sociais que moldam a narrativa oficial e as resistências a ela. Adicionalmente, será realizada uma revisão histórica focada no papel das músicas de resistência no Brasil, com ênfase no período da ditadura militar (1964–1985). Essa revisão servirá para contextualizar a tradição da música como uma forma de luta e expressão social.

2.Análise Qualitativa da Canção: A análise da canção "Não foi Cabral" será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa detalhada. Serão empregadas técnicas como análise de conteúdo e análise crítica do discurso para interpretar os elementos líricos e musicais da canção. A análise investigará como a música desafia a narrativa histórica dominante e promove uma revisão crítica da história. A identificação de temas e padrões na letra e na apresentação da música ajudará a compreender o papel da canção na resistência cultural.

3. Coleta e Análise de Dados de Campo: O trabalho de campo incluirá a coleta de dados a partir de comentários e feedbacks sobre vídeos da música, áudios e trechos de shows de MC Carol apresentando "Não foi Cabral". Para essa coleta, serão utilizadas hashtags relevantes (#McCAROL, #NÃOFOICABRAL e "Música Não foi Cabral") nas plataformas Instagram e TikTok. A escolha dessas plataformas e hashtags visa capturar a recepção e a discussão da música em diferentes contextos sociais e culturais, oferecendo uma visão abrangente do impacto da canção.

4. Integração e Discussão: A análise qualitativa dos dados coletados será integrada com a base teórica estabelecida na revisão bibliográfica. Essa integração permitirá uma discussão aprofundada sobre como "Não foi Cabral" contribui para a reavaliação da história e o fortalecimento do movimento estudantil de base. A discussão abordará o posicionamento da música dentro do movimento decolonial, bem como sua recepção e interpretação pelo público.

Por meio dessa metodologia, o estudo busca oferecer uma compreensão detalhada do papel de "Não foi Cabral" na resistência cultural e na revisão histórica, destacando a importância da música como uma ferramenta de resistência e sua influência na construção de uma historiografia mais inclusiva e representativa.

Discussão teórica/resultados

Ao discutir resistência e combate a "ordens" dominantes no Brasil, é inegável o papel fundamental das músicas, que fortalecem e incentivam a continuidade de movimentos em prol do bem maior. A música tem servido como um poderoso instrumento de luta e expressão social há décadas no Brasil, com uma intensificação notável durante a ditadura militar (1964–1985). Durante esse período, diversas canções surgiram como formas de resistência contra a repressão política. Artistas como Elis Regina produziram músicas carregadas de pensamento crítico e rebeldia contra a ordem dominante, destacando-se com canções emblemáticas que lutavam pela emancipação do povo brasileiro (DE ALMEIDA & SANTOS, 2021).

Além de Elis Regina, outros artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil também contribuíram significativamente com suas músicas de protesto. Canções como "Apesar de Você", de Chico Buarque, "Cálice", de Chico Buarque e Gilberto Gil, e "Tropicália", de Caetano Veloso, tornaram-se hinos de resistência e inspiração para muitos. Essas músicas não apenas criticavam a opressão e a censura, mas também promoviam a esperança e a solidariedade entre aqueles que se opunham ao regime autoritário. Felizmente, essa forma de manifestação não cessou com a queda do regime autoritário, mas evoluiu e se moldou para atuar em diversas áreas, como política, educação e cultura.

É de fundamental importância apresentar artistas que adquiriram sua ascensão em meio a um cenário que ignora, desde muito tempo, certos sujeitos [...]. A utilização dessas músicas como um possível instrumento de resistência propõe uma inovação na forma de se discutir sobre temas que vêm sendo discutidos nos movimentos sociais e em outros espaços, tais como assuntos relacionados a questões sociais, LGBTs, a população negra e as mulheres (Brandão; Bueno, 2019, p.129).

Na contemporaneidade, vemos a continuidade dessa tradição de resistência musical em artistas como MC Carol, Emicida e Linn da Quebrada. Suas canções abordam questões sociais urgentes, como racismo, desigualdade, violência e direitos LGBTQ+, ecoando a luta por justiça e igualdade. Nessa perspectiva, a música "Não foi Cabral", de MC Carol, é um exemplo contemporâneo dessa tradição de resistência, questionando a narrativa histórica oficial e promovendo uma visão decolonial da história brasileira. Assim, a música continua a ser uma ferramenta vital para mobilização e conscientização, influenciando positivamente movimentos estudantis e sociais que buscam uma sociedade mais justa e equitativa. Esse legado de resistência musical demonstra que a música no Brasil é mais do que entretenimento; é uma forma de ativismo cultural que inspira e mobiliza as massas, promovendo mudanças sociais significativas (Guerra et al., 2021). A influência dessas canções transcende o tempo, mantendo viva a chama da resistência e servindo como um lembrete constante da importância da luta contínua pela liberdade e justiça.

“NÃO FOI CABRAL” COMO SENTIMENTO DE REIVINDICAÇÃO

A música “Não foi Cabral”, de MC Carol, com seu impactante trecho "Professora, me desculpe. Mas eu vou falar. Esse ano na escola. As coisas vão mudar", representa um grito potente de resistência e transformação, que ecoa fortemente no contexto do movimento estudantil no Brasil. Este movimento, com uma trajetória rica e diversificada, tem se consolidado como um dos principais agentes de mudança social ao longo das décadas. Desde as lutas pela redemocratização, durante os anos 1960 e 1980, até as manifestações contra o aumento das tarifas de transporte em 2013 e as recentes mobilizações contra cortes de verbas nas universidades federais, o movimento estudantil e as organizações juvenis têm sido cruciais na luta por justiça e equidade social (GOHN, 2011; UNE).

A música de MC Carol, lançada em um cenário de crescente descontentamento social, destaca-se como uma ferramenta poderosa de conscientização e mobilização. O funk,

tradicionalmente um gênero marginalizado e frequentemente desvalorizado por setores conservadores, aqui se transforma em um veículo de crítica e revisão histórica. “Não foi Cabral” não só desafia a narrativa oficial sobre a colonização do Brasil, mas também reflete um desejo profundo de revisão e reescrita das histórias que moldam a educação brasileira. Esse sentimento de transformação é evidente em diversas mobilizações estudantis recentes. As grandes manifestações contra os cortes de verbas nas universidades federais e o movimento “Tsunami da Educação”, por exemplo, são expressões do descontentamento estudantil com políticas que comprometem o acesso a uma educação de qualidade e a valorização do conhecimento produzido nas periferias. Essas mobilizações destacam como os estudantes brasileiros utilizam suas vozes e ações para lutar por um futuro mais justo. Assim como MC Carol usa sua música para expressar a necessidade de mudança e resistência, os estudantes também se manifestam por meio de protestos, petições e debates, mostrando que a escola e a educação são espaços essenciais para a transformação social. A música de MC Carol não é apenas uma forma de protesto, mas também uma declaração de que o conhecimento e a crítica social devem ser parte integrante da educação.

Além disso, a luta do movimento estudantil e o impacto cultural do funk de MC Carol estão interligados com a demanda por uma historiografia mais justa e inclusiva nas escolas. Essa demanda reflete um esforço mais amplo para a decolonização do currículo escolar, que busca incorporar perspectivas historicamente marginalizadas. Autores brasileiros têm discutido a necessidade urgente de revisar o currículo escolar para incluir vozes negras, indígenas e feministas. Carla Akotirene (2019), por exemplo, argumenta pela importância do reconhecimento e inclusão das contribuições das mulheres negras na história e na educação. Da mesma forma, Nilma Lino Gomes, em seu livro *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*, ressalta a urgência de uma educação antirracista, capaz de transformar as relações sociais e promover a igualdade racial.

Esses autores e suas propostas sublinham que a transformação do currículo escolar é fundamental para a formação de cidadãos críticos, conscientes de suas raízes e preparados para construir uma sociedade mais justa e igualitária. O movimento estudantil, em sintonia com o funk de MC Carol, promove a luta contra a perpetuação do sistema colonial na educação brasileira, buscando uma revisão histórica que valorize as vozes e perspectivas que foram historicamente silenciadas. Assim, educadores, estudantes e artistas estão unidos na construção de uma educação que seja verdadeiramente representativa e emancipadora.

DECOLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

Com base na obra musical, é notório o pedido de revisão dos aspectos históricos, e a necessidade de uma nova história decolonial, uma vez que o discurso colonialista é

reproduzido na sociedade contemporânea enfatizando que os portugueses “descobriram” o Brasil. Esta narrativa desconstrói o que antes já existia — povo, língua, valores, costumes, leis, religião; implantando, por conseguinte, uma cultura de submissão absoluta (PINTO & OLIVEIRA, 2021). Além disso, como fruto dessa história mal contada, criou-se no imaginário a superstição de que quando os Portugueses encontraram o “Novo Mundo” os povos que habitavam este território eram subdesenvolvidos e por isso havia a possibilidade de massacrar, escravizar e matar. Assim, enquanto diziam que seus principais objetivos eram “catequizá-los” (uma assimilação cultural forçada) acabaram, por fim, exterminando mais de 90% das nações indígenas que aqui habitavam (VIEZZER & GRONDIN, 2020). O surpreendente é que este apagamento da história, idealizado pelos colonizadores, não oculta apenas uma língua, uma cultura e uma religião, mas também milhares de indivíduos mortos e histórias sem seu devido fim. Este esvaziamento cultural continua perceptível, assim como o racismo estrutural que, infelizmente, há mais de 500 anos persiste dentro de uma sociedade global. Dessa forma, essa linha de história única,

Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade (BALLESTRIN, 2013, p.91).

Partindo desse hiato, a música “Não foi Cabral” traz pro jogo argumentativo outros fatores ligados a esse apagamento das figuras de comunidades indígenas e negras marginalizadas nesse processo de colonização, Carol choca a sociedade ao dizer que “Se não fosse Dandara. Eu levava chicotada” ressaltando o papel importante de Dandara na luta pela emancipação das pessoas negras. E a escolha de por Dandara no trecho da canção citado acima não é algo leigo ou superficial. Possivelmente está ligada à sua presença no combate contra o extermínio do Quilombo dos Palmares no século XVII. Quilombo esse, que foi o maior de todos os quilombos, uma das mais poderosas formas de resistência contra a escravidão do Brasil colonial. Dandara representa força, assim, realçando o aspecto de resistência das mulheres negras na história do Brasil (CAETANO & CASTRO, 2020). É fato que, no plano metafórico, se não fosse Dandara e outras mulheres negras lutando, MC Carol e tantas outras ainda “levariam chicotadas”. O aspecto guerreiro desses personagens é o traço de suas trajetórias, independentemente de apologias ou sobrevalorizações. No entanto, as próprias ideias de guerrear, resistir, criticar ou renovar são colocadas pela cantora em sua música. Carol de Niterói, coloca no fronte da sociedade, de forma simplista atrás de seu funk—

objeto marginalizado—a mais bela maneira de dizer “Meu povo, meus ancestrais e aqueles que também passaram pelo que eles passaram. Precisam ser lembrados, contados e valorizados”.

Portanto, observa-se que há uma necessidade de revisão e alteração da história colonial e eurocêntrica que vêm sendo narrada e ensinada na contemporaneidade, onde a mesma traz uma mensagem inequívoca e prioriza apenas um dos lados étnicos. Assim, sendo capaz de conceder mais ênfase na etnohistória, para que o povo brasileiro compreenda, sem equívocos, a verídica e única história do Brasil. Sob uma ótica indígena, de quem estava aqui muito antes da branquitude europeia chegar desmistificando e exterminando a nação originária.

FUNK, CORPO, TERRITÓRIO E ENSINO

O discurso colonial perpetuado na sociedade brasileira afeta profundamente as camadas marginalizadas, sobretudo as periferias, habitadas por negros e indígenas, grupos que historicamente enfrentam as consequências mais severas de um sistema opressor. O impacto desse discurso vai além de uma simples narrativa dominante: ele molda as relações de poder, perpetua desigualdades estruturais e legitima a marginalização social e econômica de milhões de pessoas. Em reação a esse cenário, essas comunidades têm se organizado de diferentes formas, utilizando variados meios para expressar suas vozes, muitas vezes silenciadas pelo discurso hegemônico. A luta dessas populações não se resume apenas à conquista de direitos civis e sociais, mas também à necessidade de reescrever suas próprias histórias, abolindo discursos prejudiciais e construindo novas narrativas que revalorizem seus saberes e produções culturais.

Nesse contexto, uma das formas mais poderosas de resistência tem sido o uso da música, e entre os gêneros musicais que mais se destacam nesse processo estão o funk e o rap. Estes gêneros musicais, especialmente o funk, não apenas expressam as vivências e os anseios das comunidades periféricas, como também representam um símbolo de liberdade de expressão e de luta por direitos fundamentais. A partir de uma profunda conexão com as camadas mais populares da sociedade, o funk surge como uma ferramenta essencial na reivindicação de espaço para as vozes que foram historicamente excluídas. Como destaca Oliveira (2021), o funk, ao desafiar as narrativas coloniais e a desmoralização constante dessas populações, se consolida como uma manifestação cultural e política de resistência. Por meio de suas letras e ritmos, o funk não apenas denuncia a opressão vivida, mas também propõe uma nova leitura da realidade, engajando os indivíduos marginalizados em uma luta coletiva por reconhecimento e dignidade. Embora diversos estilos musicais contenham críticas à sociedade, é inegável que o funk ocupa uma posição central quando falamos de

resistência cultural. Isso ocorre não apenas pela popularidade do gênero, mas principalmente pela sua profunda relação com as comunidades periféricas. É importante notar que o funk, assim como qualquer outra manifestação cultural, está imbricado em uma série de elementos que vão além do aspecto meramente musical. Sua ligação com os processos sócio-históricos brasileiros é inegável, e é precisamente essa conexão que torna o funk uma expressão tão poderosa e significativa.

O funk reflete as realidades complexas das periferias urbanas, envolvendo questões como a violência, a desigualdade social, o machismo e a sexualidade. O gênero também dialoga com a mercantilização da cultura, sendo muitas vezes influenciado por lógicas industriais que o aproximam de produções musicais pop internacionais. Contudo, o funk também contraria essas lógicas, reivindicando sua autonomia e autenticidade enquanto expressão genuína das camadas populares. No cenário atual, o funk assume um papel paradoxal: ao mesmo tempo em que reflete os avanços sociais e o maior poder de consumo dessas camadas, ele também expõe os abismos da desigualdade que ainda persistem, especialmente em relação às classes mais abastadas. Setores conservadores da sociedade brasileira frequentemente desprezam o funk, repetindo um ciclo de marginalização cultural que já vitimou outros gêneros musicais populares, como o maxixe e o samba. Em muitos casos, o funk é tratado como crime ou caso de polícia, e não como expressão artística e cultural legítima. Essa perseguição reflete, em grande parte, o preconceito estrutural que ainda permeia a sociedade brasileira. Rivera (1998) aponta que a música periférica, como o funk, "resistiu à tentação - e à pressão - civilizatória de sistematizar pela maneira 'ocidental' sua métrica" (p. 64). Essa resistência é evidente na obra de artistas como MC Carol, cujo funk "Não foi Cabral" enfrentou tentativas explícitas de censura e desmoralização. A canção questiona a narrativa histórica oficial que valoriza o colonizador europeu, propondo uma releitura crítica da história brasileira. Entretanto, sua recepção no espaço público foi marcada por ataques preconceituosos, que visavam não apenas desqualificar a artista, mas também minimizar o impacto político e educativo de sua obra.

A perseguição a MC Carol reflete um fenômeno mais amplo de descridibilização das mulheres negras e periféricas na esfera pública. Não é apenas a inteligência da artista que é colocada em dúvida, mas sua própria capacidade de ocupar um espaço de produção cultural e intelectual. Isso pode ser observado na forma como figuras públicas como a ex-presidenta Dilma Rousseff também foram alvo de ataques misóginos e racistas, como ilustrado na Figura 01.

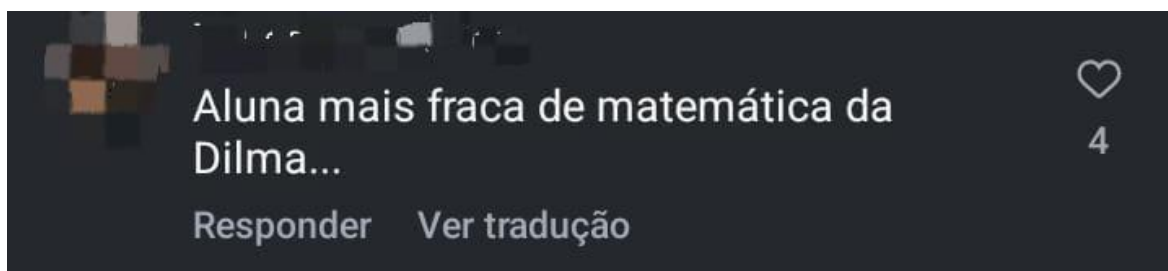


Figura 01: Tentativa de desmoralização intelectual.

A desmoralização de MC Carol é apenas um dos muitos exemplos de como o funk incomoda setores conservadores da sociedade brasileira. Ao expressar a realidade das comunidades periféricas e ao questionar as narrativas dominantes, o funk se torna uma ameaça à manutenção do status quo. Críticas como a que sugere que a cantora “saiu da escola para falar bosta na mídia brasileira” são sintomáticas de um preconceito profundo que busca deslegitimar as vozes periféricas e impedir que essas narrativas ganhem espaço. Esse tipo de comentário, como mostrado na Figura 01, não é isolado. Ele faz parte de uma rede mais ampla de desmoralização que visa atacar figuras históricas e culturais enaltecidas pelo funk, como Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, que também foi alvo de ataques nas redes sociais, como visto na Figura 02

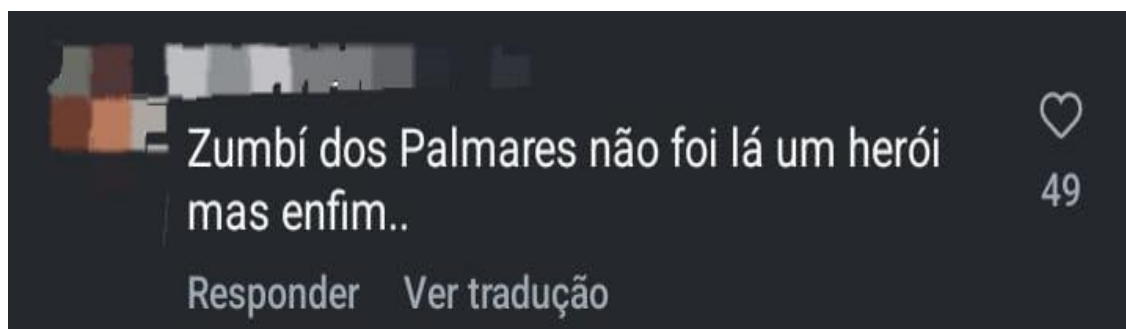


Figura 02: tentativa de desmoralizar a figura de Zumbi dos Palmares.

Esses ataques nas redes sociais refletem a resistência enfrentada pelas tentativas de construir uma visão decolonial da história brasileira. Mesmo com os avanços nas discussões sobre o passado colonial do Brasil, as figuras e narrativas negras ainda enfrentam enormes barreiras para serem reconhecidas e valorizadas. Isso é especialmente evidente nas salas de aula, onde, apesar do uso crescente de materiais não convencionais, como músicas de funk, muitos educadores ainda enfrentam resistência ao incorporar essas vozes no currículo escolar.

Entretanto, a utilização do funk na educação é uma forma poderosa de dar voz àqueles que foram silenciados ao longo da história. Como sugere Bittencourt (2004), o ensino deve partir da realidade dos alunos, utilizando-se de ferramentas contemporâneas para abordar questões históricas e sociais de maneira crítica. O trabalho documental através da análise musical é uma das maneiras mais eficazes de conectar o presente com o passado,

permitindo que os alunos compreendam as raízes das desigualdades atuais. Sob essa perspectiva, a música “Não foi Cabral” tem sido amplamente utilizada por professores para questionar as narrativas coloniais ainda presentes no ensino da história do Brasil. Educadores compartilham suas metodologias nas redes sociais, destacando como o funk se tornou um material didático interativo e engajador.

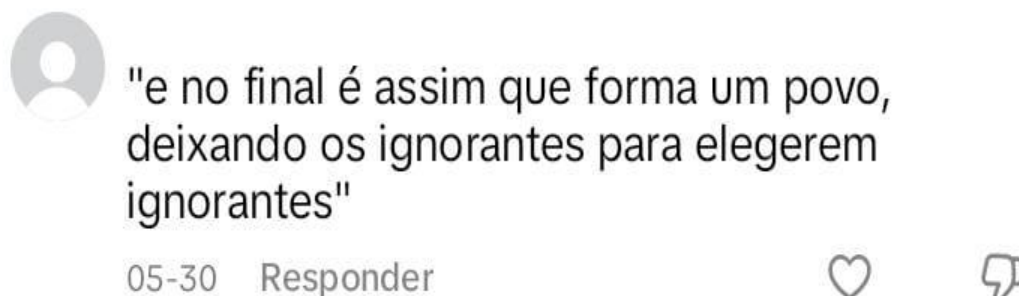


Figura 03: comentário contra a forma de ensinar utilizando o funk “não foi Cabral”.

Contudo, esses profissionais também enfrentam críticas, muitas vezes vindas de setores conservadores que desqualificam o uso do funk como material educativo, argumentando que essa abordagem tornaria os alunos “ignorantes”. Isso demonstra o quanto a resistência à mudança ainda está presente na sociedade brasileira. Mesmo com uma base sólida de subsídios históricos que contestam a versão oficial da história, o funk e seus defensores continuam a enfrentar obstáculos na disseminação de uma visão decolonial. Como Ane Serenata pontua em entrevista à BBC News Brasil, essas críticas revelam um profundo medo de que a inclusão de vozes periféricas no currículo escolar possa desafiar as estruturas de poder estabelecidas. Apesar dos desafios, o uso do funk e de outras manifestações culturais na educação tem o potencial de transformar a forma como os estudantes compreendem a história e a sociedade. Ao incluir essas vozes marginalizadas no currículo, os educadores não só enriquecem o aprendizado, mas também promovem uma visão mais inclusiva e crítica da realidade brasileira. O funk, portanto, vai além de ser um gênero musical: ele se transforma em um instrumento de resistência política, cultural e educativa, desafiando as narrativas dominantes e propondo novas formas de compreender a história e as relações sociais no Brasil. Ao fazê-lo, o funk não apenas ecoa as vozes dos excluídos, mas também ensina os estudantes a adotar um olhar mais crítico e reflexivo sobre a sociedade em que vivem.

Conclusão

Perante a obra em tela, conclui-se que a música "Não foi Cabral", de MC Carol, transcende a mera manifestação artística e se estabelece como uma poderosa ferramenta de resistência e reivindicação de uma historiografia mais justa e inclusiva. Ao desafiar a narrativa

eurocêntrica predominante, Carol não apenas questiona o mito amplamente aceito da "descoberta" do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 1500, mas também destaca a necessidade imperiosa de reconhecer e valorizar as contribuições significativas dos povos indígenas e afrodescendentes na formação da identidade nacional brasileira. A canção se apresenta como um grito de mudança que reverbera fortemente no contexto atual do movimento estudantil brasileiro, que historicamente tem sido um agente crucial na promoção da justiça social e transformação social. A importância da música "Não foi Cabral" reside na sua capacidade de catalisar uma revisão crítica da história, promovendo uma maior conscientização sobre as injustiças históricas e sociais que foram e continuam a ser perpetuadas pela narrativa dominante. Esta canção é um exemplo notável de como a arte pode desempenhar um papel central na contestação das narrativas oficiais e na promoção de uma nova perspectiva histórica que inclua as vozes marginalizadas. O movimento de revisão histórica impulsionado pela música não é apenas uma questão acadêmica, mas também uma questão de justiça social e empoderamento das comunidades que têm sido historicamente silenciadas e invisibilizadas.

Nesse sentido, a crítica à narrativa oficial, que por tanto tempo minimizou e silenciou as contribuições dos povos indígenas e afrodescendentes, constitui uma chamada urgente à ação. Essa chamada deve ser atendida por todos aqueles comprometidos com a justiça social e a verdade histórica, não apenas através da revisão das narrativas históricas, mas também por meio da implementação de práticas educacionais que promovam uma compreensão mais completa e inclusiva da nossa história. A música "Não foi Cabral" se insere em um movimento mais amplo de revisão histórica e resistência cultural, que busca descolonizar a educação e fomentar uma visão mais abrangente e verdadeira do nosso passado, refletindo a complexidade e diversidade das experiências históricas. Dessa forma, é imperativo que continuemos a apoiar e promover iniciativas que visem descolonizar a história e a educação, como exemplificado por vários projetos e organizações dedicadas a esse objetivo. Entre essas frentes, destacam-se o Núcleo de Pesquisas Internacionais para Juventudes (NUPIS), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento Internacional de Juventudes (MOV) e os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs). Essas organizações desempenham papéis cruciais na promoção de uma abordagem mais crítica e inclusiva da história, trabalhando para assegurar que as futuras gerações tenham acesso a uma versão mais completa e verídica do nosso passado.

A transformação do currículo escolar é uma questão central nesse processo, pois é essencial para formar cidadãos críticos e conscientes de suas raízes culturais e históricas. A revisão e a alteração da narrativa colonial e eurocêntrica, que há muito tempo dominam o ensino da história, são necessárias para refletir a verdadeira diversidade e riqueza da história brasileira. Para que o povo brasileiro possa compreender plenamente sua história, é essencial

que se conceda mais ênfase à etnohistória e às perspectivas indígenas e afrodescendentes. Esse esforço deve incluir a incorporação dessas perspectivas na narrativa histórica oficial, promovendo uma historiografia mais equilibrada e justa. Somente através desse compromisso com a inclusão e a diversidade histórica poderemos construir uma sociedade verdadeiramente justa e inclusiva, onde todas as vozes são reconhecidas, valorizadas e integradas na narrativa coletiva da nação.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro). ISBN 978-85-98349-69-5.

BAPTISTA, Michele Marques. A decolonialidade no campo da biblioteconomia: a intersecção com a biblioteca universitária. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 28, 2023, p. 1–17. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/91389/53047>. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRANDÃO, M. L. C. M.; BUENO, J. D. Território conquistado: música de protesto e conscientização. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 2, n. 7, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3K2Yha7>. Acesso em: 13 jul. 2024.

CAETANO, Janaína Oliveira; CASTRO, Helena Carla. Dandara dos Palmares: uma proposta para introduzir uma heroína negra no ambiente escolar. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 14, n. 27, p. 153–179, 2020. DOI: 10.30612/rehr.v14i27.12106. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/12106>. Acesso em: 16 jul. 2024.

DE ALMEIDA, Ivana Veloso; SANTOS, Lorena Danielle. História e música: uma reflexão sobre Elis Regina como voz de resistência durante a ditadura civil-militar no Brasil. *Revista Outras Fronteiras*, v. 8, n. 1, p. 68–85, 2021.

GUERRA, Paula et al. “Tu é machista”: música, ativismo estético-político e (re)configuração social e política nos tempos presentes. *Revista Nava*, v. 6, n. 1/2, 2021.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333–361, maio 2011.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. Edição digital. ISBN 978-85-326-6148-7. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/O_movimento_negro_educador/1j2WDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PT2&printsec=frontcover. Acesso em: 14 jul. 2024.

MENDES, R. R.; BENEVIDES, C. M. de J.; FLORENCE, T. C. M. Uma reflexão sobre raças e antropometria a partir dos povos originários do Brasil. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 4, e5927, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-093>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MENDONÇA, Renata. Professora usa rap e funk para ensinar história: ‘Não estudei para domesticar aluno’. *BBC News Brasil*, 7 dez. [s.d.]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36750824>. Acesso em: 24 jul. 2024.

OLIVEIRA, M. P. M. O funk: um ritmo musical controverso e multicultural para o nosso patrimônio. *História em Revista*, v. 27, n. 1, 26 nov. 2021.

PINTO, Francisco Anchieta Pinheiro; OLIVEIRA, Ana Neide Soares de. O colonialismo presente na educação para o trabalho e na estrutura sindical do Brasil (1930 a 1970).

Revista de Estudos Decoloniais, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.56814/red.v1i1.1831>. Acesso em: 14 jul. 2024.

RIVERA, Ángel G. Quintero. *Salsa sabor y control: sociología de la música tropical*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1998.

SOARES, Thiago Barbosa. Descolonizar a análise do discurso brasileira: um ensaio acerca da formação imaginária eurocêntrica. *Periferia*, v. 15, 2023. DOI: 10.12957/periferia.2023.74881. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/74881>. Acesso em: 13 jul. 2024.

SOUZA, C. E. D.; SILVA, G. G. Gênero e reconhecimento no funk carioca: perspectivas para o ensino na educação básica. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 11, p. 191–215, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v6i11.347>. Acesso em: 13 jul. 2024.

TROTTA, Felipe. A música que incomoda: o funk e o rolezinho. In: *XXIII Encontro Anual da COMPÓS*, 2014, Belém.

VIEZZER, Moema; GRONDIN, Marcelo. *Abya Yala!: genocídio, resistência e sobrevivência dos povos originários do atual continente americano*. São Paulo: Bambual Editora LTDA, 2020.